

O PSICÓLOGO na equipe de Reprodução Assistida- a relevância da escuta

Rose Marie Massaro Melamed

Psicóloga CRP 06/ 11807

“... a técnica retirada de seu aprisionamento em regras do *setting* para ser considerada no que diz respeito à escuta viva da linguagem que permeia a dupla no encontro analítico”. Vettorazzo Filho

As clínicas que oferecem tratamento reprodutivo devem ter disponíveis profissionais capacitados para lidar não somente com a parte técnica, mas também com aspectos emocionais e psicológicos, encaminhando o paciente para o psicólogo quando se fizer necessário. Assim, a comunicação do profissional de saúde deve ser centrada no paciente e ocorrer com empatia e cuidado. Este modelo de atendimento constitui o elemento central do acolhimento ao paciente, e instrumentalizar os profissionais é fundamental ajudando-os a ressignificar as emoções que surgem no decorrer de todo o tratamento.

Os casos a serem relatados nos remetem ao processo de sofrimento de duas pessoas: a primeira, Ana (nome fictício), mãe de um jovem adulto concebido na adolescência, atualmente em uma segunda união com um rapaz mais novo que deseja ter filhos biológicos. Diagnosticada com infertilidade secundária e, portanto, para alicerçar o propósito de conceber filhos, além de se beneficiar das técnicas de reprodução assistida, Ana deveria recorrer à ovodoação.

A doação e recepção de material genético no contexto da Reprodução Assistida é cada vez mais aceita pelos pacientes, porém, a possibilidade de utilização de material genético não pertencente ao paciente, traz desafios significativos do ponto de vista psicológico, sendo a consulta com o profissional da psicologia, quando incluída como parte do protocolo proposto, fundamental para a contribuição no sentido de minimizar a sobrecarga emocional ligada ao

estigma da doença, as incertezas e o luto quanto a perda da carga genética de um ou ambos elementos da díade.

No Brasil, a doação de gametas femininos é mais comum entre pacientes sob tratamento, e o Conselho Federal de Medicina determina regras para a ovodoação que não pode ter caráter lucrativo ou comercial; os doadores não devem conhecer a identidade dos receptores e vice-versa; a idade limite para a doação de oócitos é de 35 anos; e o sigilo sobre a identidade dos doadores de gametas e embriões, bem como dos receptores, será obrigatoriamente mantida. Em situações especiais, informações sobre os doadores, por motivação médica, podem ser fornecidas exclusivamente para médicos, resguardando-se a identidade civil do (a) doador (a).

A situação identificada como doação compartilhada de oócitos, em que doadora e receptora, participando como portadoras de problemas de reprodução, compartilham tanto do material biológico quanto dos custos financeiros que envolvem o procedimento de Reprodução Assistida. A doadora tem preferência sobre o material biológico que será produzido.

Apesar da taxa de sucesso, ou seja, de gravidez, com a utilização de óvulos doados ser similar à da Fertilização In Vitro em mulheres abaixo de 35 anos, variando de 40 a 60%, dependendo das condições do casal, Ana não teve sucesso na tentativa realizada no momento que acompanhávamos o caso. Tendo assim, que mais uma vez, adiar o projeto de edificação do seu núcleo familiar. O otimismo extremo com que iniciou o procedimento teve como consequência um aumento na sensação de dor e de impotência gerando alto nível de frustração diante do fracasso.

O trabalho interdisciplinar foi de grande importância, o acolhimento e a oferta de um espaço no qual a paciente pudesse ser ouvida trouxe benefícios irrefutáveis. Trabalhar as frustrações e desenvolver a resiliência permitiu a paciente definir o percurso que pretendia traçar.

A escuta atenta e embasada no conhecimento do psicólogo é fundamental, pois consiste em um conjunto de intervenções aplicadas conforme a fase do tratamento reprodutivo (diagnóstico, realizando tratamento ou após a finalização) e deve abranger a história pessoal de cada um dos

envolvidos, o tratamento escolhido e a decisão de continuar ou não com o procedimento.

Por vezes o profissional deve levar em conta que o paciente que se submete aos tratamentos necessita ter informações que contribuam para reduzir o estresse ou a tensão emocional. (Lopes & Straube & Melamed 2018)

O trabalho, portanto, deve ter um caráter psicoeducativo, assegurando a possibilidade de ocorrer uma ação terapêutica que associa recursos pedagógicos e psicológicos para elucidar questões muitas vezes novas e desconhecidas e os caminhos para alcançá-las, tendo sempre em vista a preservação da saúde psicoemocional de todos os envolvidos. (Lopes & Straube & Melamed 2018)

Recomendamos que a atenção psicológica se estenda não somente aos casais receptores de material genético, mas também aos potenciais doadores, visto que algumas questões podem romper causando insegurança e desconforto.

A partir de 2017, o Conselho Federal de Medicina abriu a possibilidade para que se opte por se fazer a doação voluntária de oócitos; esta resolução favoreceu a continuidade do tratamento de reprodução assistida, por existir um número considerável de mulheres que necessitam de óvulos doados, para cada tentativa, além desta quantidade de óvulos necessários variar, de acordo com cada caso.

A Resolução do Conselho Federal, publicada no Diário Oficial da União sob o novo número 2.168/2017, abriu a possibilidade para que mulheres optem por fazer a doação voluntária, desde que sejam devidamente esclarecidas sobre o procedimento invasivo a que se submeterão e as possíveis consequências. Ressaltando que é de extrema importância o preenchimento por escrito do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O primeiro passo da ovodoação é a avaliação da doadora, que precisa ser saudável e realizar exames que detectam doenças que possam prejudicar o desenvolvimento do embrião. A fim de evitar que pessoas emocionalmente instáveis, ou com traços que demonstrem futuras complicações devido à doação, o ideal seria que estas mulheres fossem submetidas à avaliação psicológica.

No caso de Eva (nome fictício), podemos observar o que citamos. A jovem buscou um centro de reprodução com o intuito de doar óvulos, afirmava empatia com as mulheres que necessitam de óvulos doados e o sofrimento das mesmas. Durante a consulta clínica, alguns aspectos chamaram atenção por ter um discurso que não condizia com seu comportamento, encaminhada para a entrevista com a psicóloga.

Na entrevista semi - dirigida com o profissional de saúde psíquica/emocional, ao relatar sua historia de vida, surgiu a dor desencadeada pelo abandono materno, cabisbaixa durante toda a consulta, parecia esconder algo que foi revelado por a partir de um ato falho. (é um ato que difere do seu significado do qual a intenção consciente do sujeito desejava expressar).

Constatamos esconder a vergonha de ter sido abusada sexualmente e desacreditada ao denunciar seu agressor; estes dados colhidos a partir de um ato falho deu a chance à psicóloga de resgatar sentimentos que estariam armazenados e prejudicavam a relação da jovem com o mundo; doar-se anonimamente poderia representar a possibilidade de se sentir aceita e parte de si amada.

Entendemos que, o acolhimento nas unidades de reprodução assistida, ao manter o trabalho de uma equipe multidisciplinar às mulheres candidatas ao programa de doação voluntária de óvulos, minimiza a possibilidade de provocar graves consequências para a saúde psicológica destas pessoas, cabendo ao psicólogo na condução da consulta e nas indicações em relação ao tratamento, ao mesmo tempo compreender o contexto de vida da pessoa proporcionando a possibilidade de escolha consciente.

.Referencia Bibliográfica

Resolução i publicada no Diário Oficial da União sob o novo número 2.168/2017 Diário Oficial da União – Seção 1 nº 216, 10 de novembro de 2017 páginas 73 e 74.

Moreno, A.; Guerra A. D.; G Baccio, G.; Molla, V. G.; Del Castella Pareja, P. D. ; Carrillo, M. M. T.; Herrera, K. G.; Rabanaque, M. G. Guías de evaluación, consejo, apoy o e intervención psicológica en Reproducción Asistida **Sociedad Española de Fertilidad.**

Fonte <https://docplayer.es/7474741-Guias-de-evaluacion-consejo-apoyo-e-intervencion-psicologica-en-reproduccion-asistida.html>

Lopes, H. P.; Straube, K. M.; Melamed R. M. Psicoeducação aplicada à reprodução humana. In: Psicologia e Medicina Reprodutiva, SBRH, 2018.

Vettorazzo Filho,H. A escuta da linguagem como ato poético. Cienc. Cult. vol.61 no.2 São Paulo 2009 *Print version* ISSN 0009-6725 *Online version* ISSN 2317-6660